

EDIÇÃO EXTRA

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

– Foram recebidos, na 48ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 12/7/2022, os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTOS

Nº 11.561/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário especial da Receita Federal do Brasil pedido de informações sobre o volume de produção e de exportação mineral da Mineração Serra Leste, com sede no Município de Guanhães, para os anos de 2020 e 2021. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 11.562/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Mineradora Serra Leste, em Guanhães, pedido de informações sobre a assistência social para a população da área de abrangência do empreendimento, bem como sobre as ações por ela desenvolvidas.

Nº 11.563/2022, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja sanada a dívida do Estado com as comunidades terapêuticas constantes na lista que encaminha.

Nº 11.564/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que adote estratégias de policiamento específicas para proteção dos motoristas profissionais, compreendendo aqueles que operam por meio de aplicativos, taxistas, condutores de ônibus, entre outros, tendo em vista os relatos de violência a esses profissionais em audiência pública da comissão, bem como sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão.

Nº 11.565/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à BH Airport – Aeroporto Internacional de Belo Horizonte em Confins – pedido de providências para que providencie espaços adequados para a operação do transporte por aplicativos no aeroporto, tanto para os motoristas que aguardam corridas, implantando sanitários próximos ao bolsão de estacionamento, quanto para os veículos utilizados no serviço, como estacionamento coberto, tendo em vista que há cobrança de tarifas pela concessionária aos prestadores desse serviço.

Nº 11.566/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Coopertaxi BH, na pessoa de seu presidente, Sr. Leonardo Fábio de Souza, pelo convite recebido para participar do evento Taxi Summit 2022, a ser realizado no dia 6 de julho, em razão do destaque da cooperativa na América Latina.

Nº 11.567/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. – EcoRodovias – em Curvelo pedido de providências para que sejam tomadas medidas alternativas à instalação de divisórias fixas de faixa na BR-135, de administração da Eco135, no trecho que conecta Montes Claros e Bocaiuva, bem como para que sejam construídos trevos ou outro tipo de desvio e para que seja instaurado um grupo de trabalho com a Seinfra, o Dnit, o DER-MG, a Eco135 e entidades da sociedade civil que representam os moradores de ambos os municípios, buscando alternativas que atendam às demandas da comunidade, promovam maior segurança e conforto e não sejam onerosas aos cidadãos.

Nº 11.568/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a condução das obras para a instalação de divisórias fixas de faixa na BR-135, de administração da Eco135, no trecho que liga Montes Claros a Bocaiuva; e sobre se a Seinfra e o DER-MG promoveram algum contato com entidades da sociedade civil que representam os moradores da região, que serão os principais impactados pela obra. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.569/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e ao diretor-presidente da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., em Curvelo, pedido de informações sobre a condução das obras para a instalação de divisórias fixas de faixa na BR-135, de administração da Eco135, no trecho que conecta Montes Claros a Bocaiuva; e sobre se a Eco135 e o Dnit promoveram algum contato com entidades da sociedade civil que representam os moradores da região, que serão os principais impactados pela obra.

Nº 11.570/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – em Belo Horizonte, à Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte – STU-BH – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para que, nas tratativas de revisão dos convênios de integração física e tarifária entre o sistema de transporte coletivo intermunicipal metropolitano e o metrô da capital mineira, seja colocado em pauta o subsídio público às tarifas, visando tanto a efetividade da própria integração quanto a modicidade das tarifas.

Nº 11.571/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária – Comando de Policiamento Especializado – pedido de informações sobre as bases de apoio e fiscalização existentes nas rodovias estaduais, bem como se existe algum controle ou base de dados em que podem ser inseridos os índices de casos de motoristas profissionais que são abordados com transtornos emocionais durante o trabalho nas estradas mineiras. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.572/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a possibilidade de incentivo fiscal com a finalidade de renovação da frota de transportes no âmbito do Estado, com foco nos veículos que utilizam diesel como combustível. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.573/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a condição dos veículos de transporte, de passageiros ou não, da frota do governo do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.574/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a instalação de pontos de apoio para os motoristas profissionais no Estado.

Nº 11.575/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de elaboração de políticas públicas de saúde mental para os motoristas profissionais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.576/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a melhoria das condições das estradas estaduais.

Nº 11.577/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja subsidiado o transporte público de passageiros, com a finalidade de melhorar o serviço prestado e o ambiente de trabalho dos profissionais envolvidos.

Nº 11.578/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a volta da normalidade de operação da linha de ônibus metropolitano 6440, que atende os Bairros Napoli e Francisco Adriângela, no Município de Ribeirão das Neves, e para a ampliação dos horários dessa linha, devido à superlotação, que gera constrangimento e estresse aos passageiros e faz com que busquem outras alternativas de transporte, que em sua maioria são mais caras.

Nº 11.579/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo de policiamento nas rodovias estaduais sob sua jurisdição, para fins de prevenção de acidentes e também de aumento da segurança aos motoristas profissionais.

Nº 11.580/2022, das Comissões de Minas e Energia e de Assuntos Municipais, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e da Comissão de Educação, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que seja efetivada a construção de um gasoduto ligando os Municípios de Sete Lagoas e Montes Claros, no Norte de Minas, salientando-se que esse requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta da Comissão de Minas e Energia com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Educação, Ciência e Tecnologia, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Sede e da Cemig em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.;

Nº 11.581/2022, da Comissão de Minas e Energia, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Comissões de Educação, de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências com vistas à criação de uma diretoria interna exclusiva para o atendimento às demandas do produtor rural, esclarecendo-se que esse requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta da Comissão de Minas e Energia com a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a Comissão Extraordinária das Privatizações e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando-se o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Nº 11.582/2022, da Comissão de Educação, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, da Comissão Extraordinária das Privatizações e das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e de Minas e Energia, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam priorizados em sua gestão a área de atuação do Idene na execução do Plano de Investimentos da Cemig, contemplando a construção de subestações, a expansão da distribuição de energia, a implantação do programa Minas Trifásico, a energização de poços artesianos por meio de energia solar e a ampliação da conexão da rede com os miniprodutores e microprodutores de energias renováveis, ressaltando-se que esse requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta da Comissão de Educação com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Minas e Energia, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de

Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Nº 11.583/2022, da Comissão Extraordinária das Privatizações, das Comissões de Educação, de Desenvolvimento Econômico e de Assuntos Municipais, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e da Comissão de Minas e Energia, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que seja levada iluminação às comunidades que habitam as proximidades do Parque Estadual do Rio Doce, assim como sejam promovidas políticas públicas de urbanização e regularização fundiária na região, ressaltando-se que esse requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta da Comissão Extraordinária das Privatizações com a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Nº 11.584/2022, da Comissão de Educação, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, da Comissão Extraordinária das Privatizações e das Comissões de Assuntos Municipais, de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para seja retomado o programa Campos de Luz, que leva iluminação pública para espaços desportivos no Estado, salientando-se esse requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta da Comissão de Educação com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Minas e Energia, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Sede e da Cemig em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Nº 11.585/2022, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Onofre Ferreira da Silva pela passagem do seu 64º aniversário. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 11.586/2022, do deputado Mauro Tramonte e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado ao Cel. PM Wagner Alan de Mattos, comandante da 2ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais, em reconhecimento à sua atuação e dedicação em prol da segurança pública do Estado. (– Publicado, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020.)

Nº 11.588/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da ocorrência, na Avenida Barão Homem de Melo, que resultou na prisão em flagrante de um homem que estava furtando materiais de uma marmoraria e da dona do ferro-velho que atuava como receptadora do material furtado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.589/2022, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Limeira do Oeste pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 11.590/2022, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Araguari pelos 134 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 11.591/2022, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Arcos pelos 84 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 11.592/2022, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Bambuí pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 11.594/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos Projetos de Lei nºs 1.559, 2.028 e 3502/2021 e 799/2022, que estão tramitando em conjunto na Câmara dos Deputados e visam estabelecer o piso

salarial para o farmacêutico, pela relevância desses profissionais para a manutenção da saúde pública, demonstrada, especialmente, no período da pandemia de covid-19, bem como pela necessidade de assegurar remuneração digna e compatível com as responsabilidades atribuídas aos farmacêuticos, promovendo a valorização merecida da profissão. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 11.595/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja priorizada a discussão e a votação, nas comissões desta Casa Legislativa, dos Projetos de Lei nºs 1.559, 2.028 e 3.502/2021 e 799/2022, que visam estabelecer o piso salarial para o farmacêutico, considerando-se a relevância desses profissionais para a manutenção da saúde pública, demonstrada, especialmente, no período da pandemia de covid-19, bem como pela necessidade de assegurar remuneração digna e compatível com as responsabilidades atribuídas aos farmacêuticos, promovendo a valorização merecida da profissão. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 11.596/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Roberto Bicalho, presidente da Câmara Municipal de Nova Era, por sua fala agressiva e preconceituosa em discussão com outro vereador durante a 11ª Reunião Ordinária dessa câmara, na qual demonstrou postura não condizente com a dignidade da função de representante do povo e de presidente da referida casa legislativa, ao utilizar-se da expressão racista e machista "Vá dar lição de moral às suas negas", que remete à época da escravidão e se refere à mulher negra como alguém com quem se pode fazer tudo. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 11.597/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com Aluísio de Aguiar Maia Saliba, Mario de Aguiar Maia Saliba e Maria Helena Maia Saliba Ribeiro por suas importantes atuações na restauração do Edifício Aída Maia – edificação construída na década de 1900 e tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal no ano de 2000, situado na Rua Tupinambás, 320, Centro, Belo Horizonte –, e de outros prédios históricos no Estado de Minas Gerais.

Nº 11.598/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Quilombola Tocoíós Canto e Coral pela realização do I Encontro de Corais do Vale Jequitinhonha, no dia 29 de maio de 2022, no Município de Francisco Badaró.

Nº 11.599/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Coral Flor da Terra pelo importante trabalho de fomento e divulgação da cultura popular do Vale Jequitinhonha.

Nº 11.600/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Emílio Ludovico Neumann, presidente da Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá – Acia –, e com a Sra. Elisa Borges Viana da Costa Baião Macêdo, presidente da Fundação Cultural Acia – Facia –, pela realização e sucesso do Festival Saberes e Sabores de Araxá.

Nº 11.601/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para publicar, anualmente, o número de bombeiros militares mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, da reserva e reformados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

Nº 11.602/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para publicar, anualmente, o número de policiais militares mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, da reserva e reformados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

Nº 11.603/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados ao CBMMG, em 2022, pelo governo do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.604/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para a melhoria das condições de trabalho na PMMG, a exemplo das instalações físicas, das viaturas, dos armamentos, dos equipamentos de proteção individual.

Nº 11.605/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis a fim de autorizar, de forma perene, a realização de concursos públicos e a convocação de excedentes para os diversos postos e graduações do CBMMG, tendo em vista a importância dessa instituição para a sociedade mineira e considerando o atual déficit do efetivo militar, de aproximadamente 30%, o que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho dos bombeiros militares, no adoecimento da tropa e na qualidade da prestação dos serviços ao cidadão, que é quem paga os impostos e com isso sustenta a máquina pública.

Nº 11.606/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis visando à prevenção ao suicídio de policiais militares, inclusive destinando recursos financeiros a programas e políticas públicas dessa natureza.

Nº 11.607/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para implementar o banco de dados previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre registro de informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado.

Nº 11.608/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para a publicação do número de Registros de Evento de Defesa Social previsto na Lei nº 23.754, de 2021, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

Nº 11.609/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados à PMMG, em 2022, pelo governo do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.610/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas a autorizar, de forma perene, a realização de concursos públicos e a convocação de excedentes para os diversos postos e graduações da PMMG, tendo em vista a importância dessa instituição para a política de segurança pública estadual e considerando o atual déficit do efetivo militar, de aproximadamente 27%, o que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho dos policiais militares, no adoecimento da tropa e na qualidade da prestação dos serviços ao cidadão, que é quem paga os impostos e com isso sustenta a máquina pública.

Nº 11.611/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Superior Dom Helder Câmara, pela celebração dos 500 anos do livro *Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola*, a comemorar-se no dia 7 de agosto de 2022. (– À Comissão de Educação.)

Nº 11.612/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Ermano Batista Filho, que foi vereador, vice-prefeito e prefeito de Mantena e deputado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

por quatro legislaturas, tendo desempenhado relevante trabalho para o desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas e para o fortalecimento político de todo o Estado. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 11.613/2022, do deputado João Leite e outros, em que requerem seja concedido o título de Cidadão Honorário do Estado ao deputado Sargento Rodrigues, em reconhecimento à sua trajetória, aos serviços prestados como policial da Polícia Militar de Minas Gerais e aos relevantes préstimos à população mineira em sua atuação nos seis mandatos como deputado estadual. (– Publicado, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020.)

Nº 11.614/2022, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo de Apoio e Tratamento da Dor pelos relevantes serviços prestados relativos à dor crônica desde 2011, no Município de Juiz de Fora.

Nº 11.615/2022, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para a revisão da idade máxima para cadastro de pessoas que se enquadram no perfil de doadores de medula óssea, estabelecida pela Portaria nº 685/2021, do Ministério da Saúde, esclarecendo que se encontra em vigor em Minas Gerais a Lei nº 20.835, de 2013, que determina a idade máxima em 55 anos, prazo bem maior do que o estipulado pela referida portaria, que limitou a idade máxima para o cadastro em apenas 35 anos, diminuindo significativamente a possibilidade de inscrição de doadores nesse banco de dados e, conseqüentemente, o potencial salvamento de vidas.

Nº 11.616/2022, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências com vistas a que seja dado o devido apoio à Santa Casa de Belo Horizonte, considerando-se o incêndio sofrido por essa instituição, responsável por cuidar da saúde de muitos mineiros, à doação de equipamentos médicos e à realização de termo de cooperação para reconstruir o que foi destruído.

Nº 11.617/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao secretário de Estado de Fazenda – SEF – pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados à PCMG, em 2022, pelo governo do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.618/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição com o objetivo de implementar o banco de dados previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, a qual regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.619/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição visando à prevenção ao autoextermínio de policiais civis, inclusive os recursos financeiros destinados a programas e políticas públicas com essa finalidade. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.620/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas que têm sido adotadas e que estão sendo planejadas com vistas a melhorar o atendimento nas delegacias de plantão que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que haja sobrecarga de trabalho para os policiais civis lotados nessas unidades, que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com vítimas, testemunhas e suspeitos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.621/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em sugestões com vistas a melhorar o atendimento prestado pelas delegacias de plantão da Polícia Civil que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos, que haja longos

deslocamentos a fim de se lavar o feito e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com testemunhas, vítimas e suspeitos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.622/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que adotem, no âmbito de sua competência, as medidas cabíveis a fim de autorizar e realizar, de forma contínua, concursos públicos e a convocação de excedentes para os diversos cargos da PCMG, tendo em vista a importância desse órgão para a sociedade mineira e considerando o atual déficit de seu efetivo, da ordem de 44,5% no geral, o que gera um danoso círculo vicioso que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho de delegados, escrivães, investigadores, médicos legistas e peritos criminais da instituição, em seu adocimento e na qualidade da prestação dos serviços de polícia judiciária ao cidadão, que é quem paga os impostos e, com isso, sustenta a máquina pública.

Nº 11.623/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp para publicar, anualmente, o número de policiais penais e agentes de segurança socioeducativos mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, aposentados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.624/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp visando contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.625/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp visando contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.753, de 2021, a qual dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.626/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao titular da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados ao sistema prisional e também ao sistema socioeducativo, em 2022, pelo governo do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.627/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que adotem, no âmbito de sua competência, as medidas cabíveis a fim de autorizar e realizar, de forma contínua, concursos públicos e a convocação de excedentes nos concursos e processos seletivos para policias penais e agentes de segurança socioeducativa, tendo em vista a importância dos serviços prestados pelos sistemas prisional e socioeducativo para a sociedade mineira e considerando o atual déficit em seus quadros, respectivamente da ordem de 21,5% (não considerados os policiais penais contratados, por não ocuparem cargos) e 53,2%, o que gera um danoso círculo vicioso que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho desses servidores, em seu adocimento e na qualidade dos serviços que prestam aos cidadãos, que pagam impostos e, com isso, sustentam a máquina pública.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.279/2022

Do deputado João Magalhães, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.807/2022, de sua autoria.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

– O presidente, na 48ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 12/7/2022, leu a seguinte comunicação:

“COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 11.562/2022, da Comissão do Trabalho, 11.563 e 11.614 a 11.616/2022, da Comissão de Saúde, 11.564 a 11.567, 11.569, 11.570, 11.574 e 11.576 a 11.579/2022, da Comissão de Transporte, 11.580 a 11.584/2022, das Comissões de Minas e Energia, de Assuntos Municipais, Extraordinária das Privatizações, de Desenvolvimento Econômico, Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e de Educação, 11.597 a 11.600/2022, da Comissão de Cultura, e 11.601, 11.602, 11.604 a 11.608, 11.610, 11.622 e 11.627/2022, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.”.

LEITURA DE COMUNICAÇÕES

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 48ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 12/7/2022, da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Saúde – aprovação, na 8ª Reunião Extraordinária, em 12/7/2022, dos Projetos de Lei nºs 1.051/2019, do deputado Ulysses Gomes, e 2.791/2021, do deputado João Vítor Xavier, com a Emenda nº 1; e dos Requerimentos nºs 11.055, 11.246, 11.247, 11.335, 11.339 e 11.340/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher, 11.258 a 11.260/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, 11.305, 11.306, 11.310 e 11.311/2022, da Comissão de Participação Popular, e 11.441 e 11.442/2022, da Comissão de Direitos Humanos (Ciente. Publique-se.).